

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Prefácio	13
Introdução	17

Capítulo I

O ordenamento jurídico e a norma jurídica, 21

1. O direito positivo e a ciência do direito	21
2. As fontes do Direito Positivo	28
3. O conceito e a estrutura da norma jurídica	32
4. A norma de estrutura e a norma de comportamento	38
5. A norma geral e abstrata e a norma individual e concreta ..	41

Capítulo II

A obrigação tributária, 43

1. O processo de positivação da obrigação tributária	43
2. A constituição da obrigação tributária – Os instrumentos introdutores da obrigação tributária admitidos pelo Direito Positivo	47
2.1. O lançamento de ofício	53
2.2. O lançamento por homologação – A declaração do contribuinte como ato constitutivo da obrigação tributária	60
2.3. O lançamento por declaração	66
3. A inscrição na dívida ativa	69
4. O processo de positivação da obrigação tributária e a sua exigibilidade	74

Capítulo III

As causas suspensivas da exigibilidade da obrigação tributária expressamente previstas nos textos de lei, 85

1. A suspensão da exigibilidade da obrigação tributária antes da sua constituição 85
2. A suspensão da exigibilidade da obrigação tributária depois da sua constituição 90
3. O efeito produzido pela norma suspensiva da obrigação tributária potencial ou efetiva 92
4. As causas de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária previstas no Código Tributário Nacional (CTN) e na Lei Federal nº 6.830/1980 101
 - 4.1. As causas de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária e o seu processo de positivação 104
 - 4.2. As causas de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária e a sua efetivação no âmbito do processo administrativo 108
 - 4.3. As causas de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária e a sua efetivação no âmbito do processo judicial 113

Capítulo IV

A causa suspensiva da exigibilidade da obrigação tributária não prevista expressamente no Direito Positivo como hábil a produzir esse efeito, 117

1. Considerações iniciais 117
2. As medidas judiciais disponíveis ao contribuinte para combater a obrigação tributária nas três etapas do seu processo de positivação 119

3. A suspensão da exigibilidade da obrigação tributária pela sentença nos processos judiciais	138
3.1. A sentença da ação declaratória e do mandado de segurança preventivo: 1ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	140
3.2. A sentença da ação anulatória e do mandado de segurança repressivo: 2ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	145
3.3. A sentença da ação anulatória e do mandado de segurança repressivo: 3ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	149
3.4. A medida cautelar preparatória da execução fiscal ...	153
3.4.1. A posição da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a Medida Cautelar preparatória da Execução Fiscal	160

Capítulo V

O efeito da sentença sobre o depósito do montante integral da obrigação tributária efetuado em processo judicial, 169

1. Considerações iniciais	169
2. O depósito do montante integral como causa de suspensão da obrigação tributária	170
3. A sentença de procedência de ação anti-exacional como causa de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária	176
4. O depósito do montante integral e a sentença de procedência de ação anti-exacional	178
4.1. O depósito do montante integral e a sentença na ação declaratória e no mandado de segurança preventivo: 1ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	182

4.2. O depósito do montante integral e a sentença na ação anulatória e no mandado de segurança repressivo: 2ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	186
4.3. O depósito do montante integral e a sentença na ação anulatória e no mandado de segurança repressivo: 3ª etapa do processo de positivação da obrigação tributária	189

VI

Conclusões, 195

Capítulo I	195
Capítulo II	197
Capítulo III	200
Capítulo IV	204
Capítulo V	208
Bibliografia	211